

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

DA TEORIA À PRÁTICA

BERNARDO RIBEIRO CAMARA

- Mestre em Direito Processual.
- Especialista em Direito de Empresa.
- Professor Universitário de Graduação (Centro Universitário Newton Paiva) e pós-graduação.
- Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG).
- Ex-assessor técnico da Escola Superior da Advocacia da OAB/MG.
 - Ex-conselheiro da OAB/MG.
- Advogado e sócio do escritório Freire, Câmara & Ribeiro de Oliveira Advogados.

E-mail: bernardo@fcroadvogados.com.br

Site: www.fcroadvogados.com.br.

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO DA TEORIA À PRÁTICA

2013



10
anos

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Maurício Amaral (mauricioamaral@live.com)

973282

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
----------------	----

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Origem histórica, função e significado do recurso extraordinário e especial.....	13
--	----

CAPÍTULO II - ASPECTOS COMUNS AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL

2.1 Introdução	19
2.2 Requisitos comuns (específicos) de admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário	22
2.2.1) Irrecorribilidade das decisões nas instâncias ordinárias (esgotamento prévio das instâncias ordinárias)	22
2.2.2) Circunscrição à matéria exclusivamente de direito.....	23
2.2.2.1) A limitação da discussão à questões exclusivamente de direito.....	23
2.2.2.2) Questões controvertidas sobre matéria de fato e de direito (revaloração X reexame e outros assuntos).....	25
2.2.3 Necessidade de formação da denominada “causa decidida” através do prequestionamento	28
2.2.3.1) Causa decidida: conceito e abrangência.....	28
2.2.3.2) Prequestionamento (um mito a ser desconstituído).....	31
2.2.3.3) Evolução histórica e abrangência da expressão “presquestionamento”	33
2.2.3.4) Conceito de prequestionamento e sua distinção em relação à “causa decidida”	35
2.2.3.5) Causa decidida expressa, implícita e ficta	37
2.2.3.6) Embargos de Declaração para fins de prequestionamento	38
2.2.3.7) Os embargos prequestionatórios não são protelatórios.....	40
2.2.3.8) O pós-questionamento não é suficiente para o conhecimento dos recursos excepcionais.....	42
2.2.3.9) Recurso com base em fundamento específico em razão da falta da declaração requerida.....	43

CAPÍTULO III - RECURSO EXTRAORDINÁRIO

3.1 Hipóteses de cabimento	45
3.2 Contrariedade à Constituição (art. 102, III, <i>a</i> , da CF).....	45
3.3 Inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, <i>b</i> , da CF)	46
3.4 Validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (art. 102, III, <i>c</i> , da CF)	47
3.5 Validade de lei local contestada em face de Lei Federal (art. 102, III, <i>d</i> , da CF) – Alínea acrescida pela EC 45/04	49
3.6 Repercussão Geral (art. 102, §3º, da CF)	49
3.7 Do recurso cabível contra decisão do Vice-Presidente do Tribunal de origem de indeferimento liminar de Recurso Extraordinário em aplicação do §5º, do art. 543-A, ou do §2º, do art. 543-B, ambos do CPC	54

CAPÍTULO IV - RECURSO ESPECIAL

4.1 Hipóteses de cabimento:	57
4.2 Contrariedade e negativa de vigência a tratado ou lei federal (art. 105, III, <i>a</i> , da CF).....	58
4.3 Validade ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, <i>b</i> , da CF) – Redação nova dada pela EC 45/04.....	62
4.4 Interpretação divergente da de outro tribunal.....	65

CAPÍTULO V - FINALIDADE, PROCEDIMENTO E PROCESSAMENTO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS

5.1 Finalidade política - Função didática e normativa	69
5.2 Procedimento.....	70
5.2.1 Prazo	70
5.2.2 Regra especial de sobrerestamento de prazo (art. 498 do CPC).....	75
5.2.3 Necessidade de reiteração de recurso especial já interposto quando apresentado embargos de declaração pela parte contrária (Súmula 418 do STJ)	75
5.2.4 Petição.....	76
5.2.5 Preparo	78
5.2.6 Protocolo.....	80
5.2.7 Contrarrazões	82

5.3 Processamento e juízo de admissibilidade	83
5.4 Sistema desdobrado de admissibilidade e a problemática da invasão de competência pelas cortes de origem	85
5.5 Recurso especial repetitivo: alterações no CPC pela Lei 11.672/08	87
5.6 O julgamento do recurso especial repetitivo, consequências, recurso e outros instrumentos de defesas cabíveis	90
5.7 Recurso Extraordinário de decisões de julgamento de Recurso Especial	91

CAPÍTULO VI - OS RECURSOS EXCEPCIONAIS NAS FORMAS ADESIVA E RETIDA

6.1 Os recursos extraordinário e especial adesivos	95
6.2 Recursos excepcionais sob a forma retida.....	97

CAPÍTULO VII - OUTROS RECURSOS CABÍVEIS E MEDIDA CAUTELAR

7.1 Agravo para o STJ/STJ	103
7.2 Agravo interno (ou agravo regimental)	106
7.3 Embargos de declaração	108
7.4 Embargos de Divergência	111
7.5 Medida cautelar.....	113

CAPÍTULO VIII - APLICAÇÃO DE ALGUMAS SÚMULAS

8.1 Súmula 400 do STF	117
8.2 Súmula 284 do STF	119
8.3 Súmula 322 do STF.....	120
8.4 Súmula 13 do STJ.....	121
8.5 Súmula 98 do STJ.....	122
8.6 Súmulas 279 do STF e 7 do STJ.....	122
8.7 Súmula 283 do STF e 126 do STJ	123
8.9 Súmulas 282 e 356 do STF e a Súmula 211 do STJ	127
8.10 Súmulas 454 do STF e 5 do STJ.....	129
8.11 Súmulas 418 do STJ	130
8.12 Exame sobre todos os principais obstáculos de admissibilidade dos recursos extremos apenas com fundamentos em súmulas dos tribunais superiores	131

CAPÍTULO IX - PEÇAS PRÁTICAS

9.1 Modelo de Recurso Extraordinário.....	135
9.3 Modelos de Contrarrazões a RExt e Resp.....	164
9.4 Modelo de Agravo denegatório para o STJ ou STF	181
9.5 Modelo de Agravo Interno no STJ.....	188
9.6 Modelos de Defesa de Agravo	197
9.7 Modelo de Embargos de Declaração para fins de prequestionamento.....	208
9.8 Modelos de Embargos de Divergência	212
9.9 Modelo de Medida Cautelar para dar efeito suspensivo a recurso especial	222

CAPÍTULO X - ANEXO

10.1 Constituição Federal.....	241
10.2 Código de Processo Civil.....	241
10.3 Lei 8.038/90	249
10.4 Regimento Interno do STF	250
10.5 Regimento Interno do STJ.....	254
10.6 Repositórios Autorizados pelo STJ.....	258
10.7 Súmulas do STF	260
10.8 Súmulas do STJ.....	264
10.9 Resolução 8 do STJ	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	267